

Relator manterá os cinco anos

Bilau Pereira

O parlamentarismo e o mandato de cinco anos para o presidente Sarney, constarão do substitutivo do relator da Comissão de Sistematização.



deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Segundo ele, esses dois pontos não são passíveis de negociação, por isso optou por manter o texto atual do Projeto de Constituição, para ser decidido pelo voto, no plenário da Assembléia Nacional Constituinte.

O maior entrave nas negociações que o relator vem mantendo com grupos e lideranças partidárias são a anistia e a reforma agrária. Ele adiantou que a anistia a partir de 1946, como consta do atual projeto de Constituição não vai ser mantida: "Já conversei com os três ministros militares e com o deputado Lyaneas Maciel (PDT-RJ), para tentar encontrar a melhor forma de definir a questão. Como ele está, no entanto, é inviável e não pode ser mantida".

A reforma agrária é outro ponto que, segundo Cabral, só vai ser definido no voto. Já a estabilidade no emprego e a jornada de 40 horas semanais de trabalho devem sofrer alguns ajustes. Em sua avaliação, existe abertura para um acordo sobre os dois temas.

Durante os próximos 20 dias, Cabral vai se dedicar ao exame minucioso das emendas de plenário e das emendas populares que começam a chegar à Sistematização. Até ontem já haviam sido remetidas 320 emendas de constituintes, afora as 5.624 que vieram acopladas ao Projeto de Constituição, provenientes da primeira fase dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Impossibilitado de acompanhar pessoalmente as discussões do projeto em plenário, o relator solicitou do secretário-geral da Mesa, Paulo Afonso, o envio semanal dos discursos sobre temas constitucionais feitos pelos constituintes.

Repercussão

A repercussão internacional dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte foi enfatizada ontem pelo relator. Ele já recebeu 50 cartas da Alemanha Oriental com reivindicações sobre a reforma agrária no Brasil e ontem recebeu um abaixo-assinado com 40 mil assinaturas da Juventude Católica da Áustria, em defesa de questões específicas para os povos indígenas. O documento foi entregue por Georg Grunberg, do Instituto para Cooperação Internacional de Viena, Áustria e tinha três propostas básicas: a demarcação das terras indígenas, o direito exclusivo de exploração do solo e subsolo de suas terras e o reconhecimento e respeito à organização social e cultural dos índios.

Austriacos querem índios protegidos

Pedindo que a nova Constituição brasileira «defenda sem limitações os direitos dos índios», um abaixo-assinado, com 45 mil assinaturas, acaba de chegar às mãos do relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. Detalhe importante: «O abaixo-assinado vem da Áustria e todos os subscritores são austríacos».

Em resumo, diz: «Os abaixo-assinados sabemos das brutalidades e agressões que os povos indígenas sofrem no Brasil. Por estes motivos pedimos aos senhores:

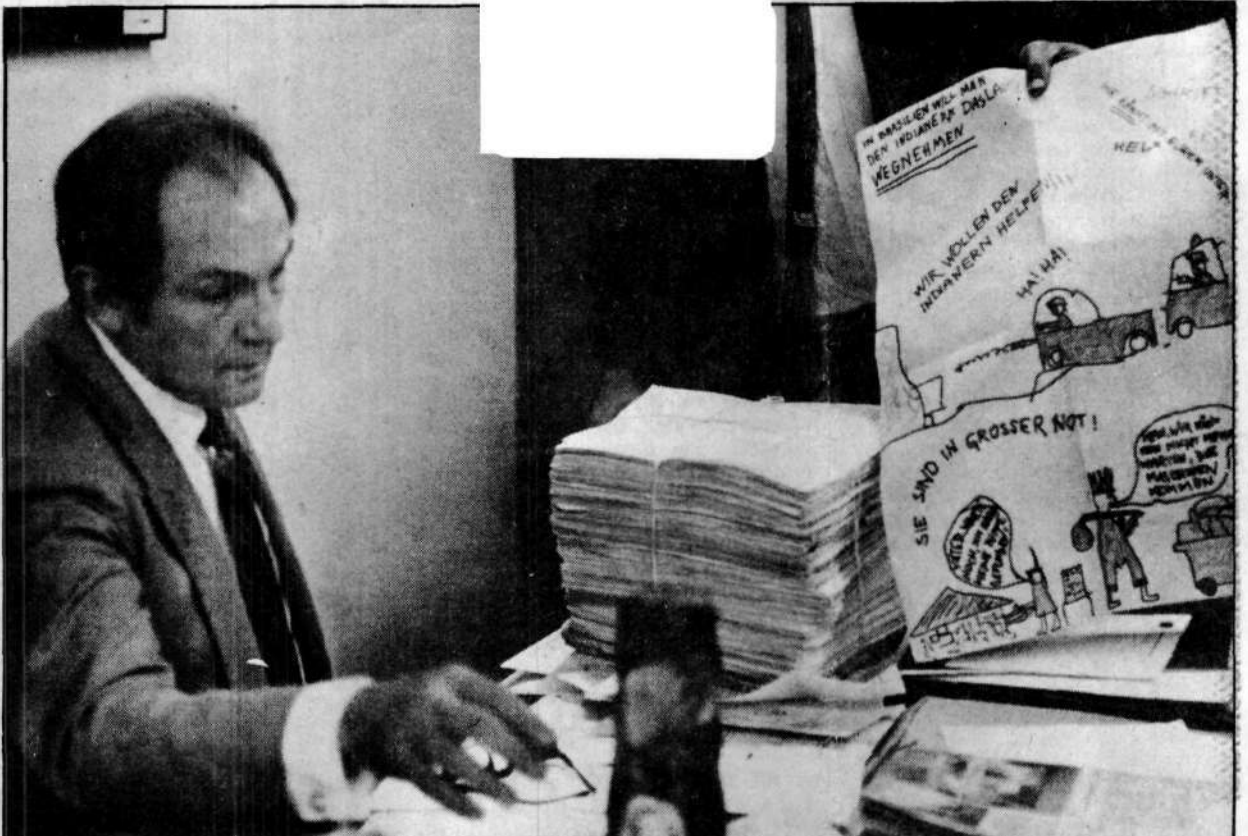
— O reconhecimento do direito territorial dos índios como os primeiros moradores do Brasil e também a demarcação e garantia das suas terras.

— Direito exclusivo dos índios de exploração do solo e subsolo das suas terras.

— Reconhecimento e respeito à organização social e cultural dos índios.

Pedimos aos senhores fazer tudo o que esteja ao seu alcance para garantir que a Constituição brasileira defenda sem limitações os direitos dos índios».

O relator Bernardo Cabral disse que o abaixo-assinado é bem-vindo,



Bernardo Cabral considera a reforma agrária e a anistia os temas mais polêmicos do anteprojeto

Confronto real, só em outubro

O verdadeiro confronto de opiniões sobre mandato presidencial e sistema de Governo só acontecerá a partir do dia 15 de outubro, quando o Projeto Constitucional começará a ser votado pela plenária da Assembléia Nacional Constituinte. No dia 20 de setembro, no entanto, as discussões entram e passam a ter maior destaque, pois o projeto entra em votação na Comissão de Sistematização.

Até o dia 23 de agosto as discussões de plenário da Constituinte deverão continuar gerando esse clima de desinteresse entre os parlamentares. Isso porque, esgotado o prazo, o relator, de-

putado Bernardo Cabral, terá 25 dias para emitir o seu parecer. Assim a Comissão de Sistematização ficará praticamente desativada até 17 de setembro, quando será aberto o prazo para a reapresentação de emendas.

A partir daí os trabalhos da Constituinte — se não forem alterados os prazos regimentais — começam a ficar mais ágeis. Apreciadas as emendas — cinco dias — a Comissão de Sistematização dá início a votação no texto por Títulos ou Capítulos, ressalvados as emendas e os destaques concedidos.

Aprovado na Sistematização, o Projeto entra imediatamente na

Ordem do Dia, sendo discutido por mais 15 dias. Com o fim desse período o texto volta para a Comissão de Sistematização para receber uma nova redação em no máximo dez dias. Depois da publicação desse novo texto no Diário da Assembléia Nacional Constituinte ele será reapresentado ao plenário para a discussão em segundo turno. Nesse período é proibida a apresentação de emendas de mérito. As emendas serão votadas em bloco e os destaques poderão ser defendidos ou contestadas por até dois constituintes com tempo de cinco minutos, no máximo, cada um.

Plenário foge de seus temas

A convenção do PMDB foi o tema da maior parte dos pronunciamentos dos parlamentares, ontem, na sessão da Assembléia Nacional Constituinte. A não ser durante o pedido de verificação de quorum, feito pelo deputado Haroldo Lima do PC do B-BA, quando até o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, compareceu ao plenário, a sessão teve a presença de apenas vinte deputados.

Os temas constitucionais se restringiram ao projeto de decisão do deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ), a discussões em torno dos artigos do anteprojeto de Constituição que tratam da organização dos municípios, feita pelo deputado Tito Costa, (PMDB-SP), a política mineral no País, tema de pronunciamento do deputado Eraldo Trindade, (PFL-AP) e a organização do Estado, criticada no anteprojeto pelo deputado Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR).

No horário do pequeno expediente, o assunto que mereceu destaque foi a convenção do PMDB. O deputado Rui Nedel (PMDB-RS) criticou a convenção afirmando: «Só se votou para não votar», acrescentando que o preocupa o fato de o PMDB «ter dificuldades para tomar decisões». Amaury

Muller, do PDT do Rio Grande do Sul, ironizou: «Foi a segunda Batalha de Itararé, aquela que não houve».

O deputado Siqueira Campos (PDC-GO) também citou a convenção para dizer que agora «é hora do governo voltar suas atenções para as questões sociais. É hora de governar», enfatizou. Falando pela liderança do PT, o deputado Paulo Delgado (PT-MG) disse que, no PMDB, «imperava a convicção de que se ganha tempo cronológico quando se ganha tempo político». Segundo ele não é possível se adiar posições, ou não ter opiniões, em um partido como o PMDB.

A única defesa do PMDB foi feita pelo deputado Oswaldo Macedo (PMDB-PR) que falando em nome da liderança, disse que o partido «continua sendo a principal personagem da transição».

Entreguismo

Paulo Ramos ocupou a tribuna para defender o seu projeto de decisão, que proíbe a conversão da dívida externa em capital de risco. De acordo com Paulo Ramos, o governo está ensaiando adotar essa medida antes mesmo de ela ser apreciada pela Assembléia Nacional Constituinte.

Notáveis farão nova Carta

Josemar Gonçalves

Um projeto de Constituição, a ser oferecido à Constituinte como substitutivo, poderá ser redigido "pelas melhores cabeças" de todos os partidos, num grupo de que também fará parte o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral. A idéia foi levada ao presidente da Assembléia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães, pelo presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, esperando-se para os próximos dias — os desdobramentos dessa tese, com novos entendimentos entre Lucena e Ulysses.

Como outros constituintes, Lucena acha que o anteprojeto elaborado pela Comissão de Sistematização, embora não pudesse ser diferente, ficou totalmente inadequado, com numerosos dispositivos que caberiam muito mais na legislação complementar ou na ordinária. Para exemplificar, lembrou que só a parte das "disposições transitórias" reúne 64 artigos, quase o número de dispositivos de uma Constituição completa.



Lucena (D) foi a Ulysses

Na opinião do senador, esse resultado era esperado, já que a Constituinte iniciou seus trabalhos sem um projeto prévio. Em consequência, o anteprojeto acabou se inviabilizando e não poderá ser aceito nas etapas seguintes. Mesmo que Cabral quisesse, seria difícil chegar a um elenco de dispositivos que possa refletir a realidade brasileira, desde que seu relatório se baseie apenas no que foi feito ao longo dos últimos cinco meses.